

# TRANSIÇÃO DE GOVERNO – RELATÓRIOS SETORIAIS

## Descritivo Introdutório do Conteúdo dos Relatórios



Novembro de 2018

## Relatórios Setoriais

Os Relatórios Setoriais foram elaborados a partir de orientações básicas do órgão central de planejamento, com o objetivo de padronizar as informações dos principais itens a serem apresentados pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do governo do Estado de Minas Gerais à Comissão de Transição do governador eleito. Seu conteúdo foi elaborado pelas áreas Centrais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e os órgãos e entidades da Administração, sendo (em regra geral) as seções de 1 a 4 de responsabilidade das áreas centrais da SEPLAG e validadas pelos órgãos e entidades; e as seções de 5 a 9 dos órgãos e entidades.

Os Relatórios Setoriais têm a seguinte estrutura:

1. Informações institucionais
  - Legislação
  - Competências
2. Organograma
3. Cargos e carreiras
4. Metas e Ações de acompanhamento intensivo
5. Programas e Ações relevantes
6. Colegiados e Grupos
7. Avanços nos marcos institucionais e regulatórios
8. Agenda dos primeiros 100 dias de 2019
9. Desafios e oportunidades

### 1. Informações Institucionais

As competências dos órgãos, autarquias e fundações e as informações para a elaboração dos organogramas pela Superintendência Central de Inovação e Modernização Institucional foram extraídas da legislação indicada no documento para cada instituição. Para alguns órgãos e entidades, foram considerados os organogramas embasados em decretos editados antes da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, em função de não ter sido editada nova regulamentação ou por se embasarem em legislação específica, excepcionada na referida lei. As informações relativas às empresas, por sua vez, foram extraídas da legislação aplicável, dos atos constitutivos e dos sites das respectivas empresas.

### 2. Organograma

Demonstração gráfica da estrutura hierárquica dos órgãos e entidades.

### 3. Cargos e Carreiras

As informações sobre o quantitativo de cargos foram extraídas dos Dados Funcionais do Sistema de Administração de Pessoal – SISAP com referência em 18/10/2018.

O relatório foi detalhado por Órgão de Dotação Orçamentária, Situação Funcional e Carreira. A informação “Dotação Orçamentária” foi utilizada com intuito de mensurar a quantidade de

servidores ativos e inativos em cada órgão. No entanto, para essa interpretação, deve-se observar que os servidores que estão cedidos com ônus para origem serão contados no órgão pagador e não na instituição que estão de fato em exercício.

#### **4. Metas e Ações de acompanhamento intensivo**

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI definiu as estratégias para a promoção do desenvolvimento econômico e social de longo prazo de Minas Gerais. A partir das estratégias definidas, foi elaborado o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016 – 2019, instrumento normatizador do planejamento da administração pública estadual de médio prazo e que organiza a ação governamental em programas e ações, visando atender aos objetivos estratégicos definidos para cada uma das áreas e eixos oriundos do processo de elaboração do PMDI.

Dentre as diversas ações governamentais, algumas são classificadas em ações de acompanhamento geral e outras de acompanhamento intensivo, sendo que estas possuem uma metodologia diferenciada de planejamento e acompanhamento. Para as ações de acompanhamento intensivo, sistematicamente são realizadas reuniões de monitoramento junto aos responsáveis das ações nos órgãos e entidades, possibilitando uma governança para o alcance das metas.

O processo de planejamento e monitoramento destas ações é realizado por meio da MG Planeja, ferramenta de gestão das ações de acompanhamento intensivo do Governo de Minas Gerais. Nele, as entregas são representadas em metas, que se desdobram em ações. Nesta seção é apresentado um extrato das Metas e Ações que são acompanhadas no MG Planeja, pela Superintendência Central de Informações e Apoio às Políticas Estratégicas da Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas da SEPLAG.

Ressalta-se que, via de regra, as informações de execução constantes nessa seção são oriundas do monitoramento realizado até outubro de 2018, com dados referentes até setembro. Além disso, no caso de obras, a execução orçamentária registrada no ano de 2015 considera os valores medidos até dezembro/14.

#### **5. Programas e Ações relevantes**

Esta seção tem como objetivo elencar os Programas e Ações relevantes para os órgãos e que não são objeto de acompanhamento intensivo. Todavia, observa-se que: i. alguns órgãos descreveram quase que a totalidade das políticas públicas sob sua responsabilidade, incluindo aquelas de acompanhamento intensivo, acompanhadas no MG Planeja; ii. elencaram os programas e ações que fazem parte do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG – 2016 - 2019 e são classificadas como ações de acompanhamento geral.

#### **6. Colegiados e Grupos**

Nesta seção os órgãos e entidades foram orientados a apresentar os Colegiados e Grupos sob sua responsabilidade. Ressalta-se que alguns órgãos elencaram também os Colegiados e Grupos de que participam, ainda que sob coordenação de outros órgãos.

## **7. Avanços nos marcos institucionais e regulatórios**

Foram listados os principais avanços nos marcos institucionais e regulatórios publicados nos últimos 4 anos, buscando identificar o instrumento legal que lhes deu sustentação.

## **8. Agenda dos primeiros 100 dias de 2019**

O objetivo desta seção é destacar as ações que devem ser objeto de atenção e/ou decisão, nos primeiros 100 dias de 2019, visando evitar a descontinuidade de políticas e garantindo a manutenção da máquina pública.

## **9. Desafios e oportunidades**

Nesta seção, os órgãos e entidades identificaram os desafios futuros e as oportunidades de avanços nas políticas públicas sob sua responsabilidade. Cada órgão e entidade pode listar ações com base em sua visão setorial, não havendo avaliação de mérito quanto à sua hierarquização ou priorização para o conjunto da administração pública. Portanto, demanda uma avaliação quanto a viabilidade e conveniência, frente à estratégia de governo.